

ANÁLISE DO PLANO DE CONSERVAÇÃO DO USO DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ILHA SOLTEIRA, SP: a inclusão da biodiversidade.

Mirella Sousa¹

Denise Gallo Pizella²

Políticas Públicas, Legislação e Meio Ambiente

Resumo

A redução da biodiversidade nas esferas genética, de espécies e de ecossistemas é provocada pela perda de habitats, fragmentação de paisagens, a superexploração dos serviços ecossistêmicos, poluição, introdução de espécies exóticas, mudanças climáticas, dentre outros. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar se os aspectos relacionados aos ecossistemas se encontram de forma adequada no Plano de Conservação do Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA) do Aproveitamento Hidrelétrico de Ilha Solteira, apontando suas deficiências e pontos fortes, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade destes Planos. Em relação à natureza deste trabalho, a pesquisa foi de natureza aplicada, visando à solução de problemas específicos e, segundo sua abordagem, de caráter qualitativo, por meio da interpretação de fenômenos e a atribuição de significados em seu processo de análise, a Lista de verificação. Neste sentido, utilizou-se uma Lista de verificação sobre a inclusão da biodiversidade em Estudos Ambientais modificada de Mandai (2019). Tal lista apresenta as boas práticas de inclusão da biodiversidade em Estudos Ambientais em todas as suas etapas de elaboração (Caracterização do empreendimento, Diagnóstico Ambiental, Análise dos Impactos Ambientais e Planos Gestão Ambiental), com indicadores de boas práticas, apresentados na forma de perguntas sobre os seus componentes. Este trabalho possui resultados iniciais e tratou da etapa de Diagnóstico Ambiental do PACUERA, a partir do primeiro indicador da Lista de Verificação, que trata das considerações da biodiversidade em nível ecossistêmico. Constatou-se a ausência de algumas informações importantes no PACUERA, como as Reservas Legais das propriedades rurais presentes no entorno do reservatório.

Palavras-chave: Estudos Ambientais; Lista de verificação da biodiversidade; Ecossistemas.

¹ Aluna de Graduação. Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Departamento de Biologia e Zootecnia, mirellasous3@gmail.com.

² Profa. Dra. Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Departamento de Biologia e Zootecnia, denise.gallo@unesp.br.

INTRODUÇÃO

Estabelecida na legislação ambiental brasileira no ano de 1986, a realização de estudos ambientais antecipatórios à instalação de empreendimentos potencialmente degradantes do ponto de vista ambiental, como é o caso de usinas hidrelétricas, não foi aplicada no país em diversas situações, como para a Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira. Para estes casos, são desenvolvidos estudos ambientais denominados de “Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial” ou PACUERA, instrumento que define a ordenação do espaço ocupado pelo reservatório do aproveitamento hidrelétrico, sua infraestrutura e zona de influência, com orientações estratégicas para ocupação do solo, visando à proteção dos recursos naturais no entorno de reservatórios (ENERGÉTICA, 2014).

De acordo com Sánchez (2013), os estudos ambientais carecem de qualidade no país, comprometendo seu papel de promover um desenvolvimento que seja sustentável. Os principais problemas encontrados nestes estudos, sobretudo nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs), mas também presentes em outras tipologias de estudos, são a pobre definição do escopo dos estudos analisados, planos de monitoramento superficiais, ocorrência de medidas mitigatórias genéricas e falta de procedimentos técnicos de qualidade e adequados para identificar e prever os impactos (SÁNCHEZ, 2013).

Objetiva-se com esse trabalho analisar se os aspectos relacionados aos ecossistemas, notadamente às áreas protegidas, se encontram de forma adequada no PACUERA do Aproveitamento Hidrelétrico de Ilha Solteira, segundo a Lista de Verificação de Estudos de Impacto Ambiental elaborado por Mandai (2019), apontando suas potenciais deficiências e pontos fortes, de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade.

METODOLOGIA

Foi realizada uma análise crítica do PACUERA do Aproveitamento Hidrelétrico de

Iha Solteira, disponível no sítio eletrônico do IBAMA, segundo uma adaptação da “Lista de verificação para se analisar a inclusão da biodiversidade em Estudos de Impacto Ambiental”, elaborada por Mandai (2019).

A lista apresenta oito Categorias de análise referentes aos procedimentos presentes em EIAs/RIMAs, mas que serão adaptadas a PACUERAs, onde são analisados quatro das Categorias originais, quais sejam: “Diagnóstico ambiental do meio biológico, em nível ecossistêmico e específico”, “Impactos ambientais”, “Métodos para identificação e análise dos impactos”, “Mitigação e compensação dos impactos ambientais” e “Monitoramento”. Cada Categoria apresenta indicadores, na forma de perguntas, para análise dos estudos ambientais.

Nesta pesquisa, que traz resultados parciais para análise, somente a Categoria I, que corresponde ao Diagnóstico ambiental do PACUERA em nível ecossistêmico foi analisada, em seu primeiro indicador, qual seja: O estudo identificou sua influência a áreas especialmente protegidas, com apresentação de mapa de localização do empreendimento em relação a essas áreas?

Como para cada critério de análise é atribuído um conceito, segundo Sánchez (2013), foi atribuída uma nota para o critério analisado, que abrange um intervalo de A a F. Considera-se satisfatório um estudo que atinge minimamente uma nota “C”, sendo que, caso obtenha notas menores, deverá ser revisto ao todo ou em parte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A importância do diagnóstico ambiental em estudos ambientais reside na descrição das características biológicas visando verificar o estado atual em que se encontra o meio (SÁNCHEZ, 2013). De acordo com o diagnóstico, foram identificadas áreas de preservação permanentes (APPs) ao redor do reservatório, porém, seu estado de conservação não está de acordo com a legislação. As APPs foram identificadas e mapeadas, indicando-se onde se localizam, havendo a necessidade de restaurá-las. De acordo com a legislação do Código Florestal de 1965, já considerava ser uma APP o entorno de reservatórios artificiais, sendo necessário que haja vegetação em 600 metros a

partir da cota máxima do nível da água em suas margens.

Como há uma região circundando o reservatório com finalidade de uso recreacional, denominada de “prainha”, no município de Ilha Solteira, a restauração da APP desta área não é considerada no documento.

Com relação às Unidades de Conservação presentes na área de influência do empreendimento, há as seguintes Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica de Paulo de Faria, situada no município de Paulo de Faria no estado de São Paulo; o Parque Nacional das Emas, distribuído pelos municípios de Mineiros (GO), Chapadão do Céu (GO) e parte de Costa Rica (MS), e o Parque Nacional da Serra da Canastra, que se localiza no município de São Roque de Minas no estado de Minas Gerais.

De acordo com a Lei 12.651/2012, a Reserva Legal é a área do imóvel rural coberta por vegetação natural que pode ser explorada com o manejo florestal sustentável, nos limites estabelecidos em lei para o bioma em que está a propriedade (BRASIL, 2012). O objetivo é garantir a conservação da biodiversidade local, representativa do ambiente natural da região onde está inserida, que se torna necessária à manutenção da biodiversidade (ECO, 2013).

No documento do diagnóstico do PACUERA, não houve descrição sobre Reservas Legais. Portanto, não há resultados sobre este fator, conforme apresentado na lista de boas práticas de MANDAI (2019). Na área de estudo foram identificadas questões potencialmente prioritárias para a conservação da biodiversidade que estão problematizadas como relevantes. Ocorrem áreas que não são protegidas pela lei de forma obrigatória, a exemplo dos potenciais corredores ecológicos situado em propriedades rurais. Porém, são áreas relevantes por que possuem ecossistemas florestais biologicamente prioritários e viáveis para a conservação da biodiversidade, havendo a necessidade de uma conexão entre fragmentos, que permita o fluxo de espécies e, conseqüentemente, sua reprodução e sobrevivência. Por meio do Programa de Reflorestamento ciliar, o PACUERA apresentou áreas que necessitam de matas ciliares que se encontram em propriedades privadas, sendo muitas vezes vulneráveis, com ecossistemas frágeis, e existindo contínuos distúrbios decorrentes de uso não sustentável da agricultura e pecuária (BRASIL, 2013).

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise do PACUERA no Diagnóstico Ambiental do meio biológico em nível ecossistêmico, considerando-se o primeiro indicador ou critério de análise, qual seja, se o estudo identificou sua influência a áreas especialmente protegidas, com apresentação de mapa de localização do empreendimento em relação a essas áreas, constatou-se que foram parcialmente satisfatórios. O documento apresenta as APPs e UCs e as áreas prioritárias para a criação de corredores ecológicos, mas não fez menção às Reservas Legais e, neste sentido a nota atribuída a este item do diagnóstico ambiental é **B**, cujo significado é um conteúdo satisfatório e completo, que comporta somente omissões menores e poucos pontos inadequados.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n.12651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n°s 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n°s 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n° 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: **DOU**, de 28 de mai de 2012.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. APP da UHE Ilha Solteira n° 02001.003591/99 60. Ibama. Brasília, 07 out. 2013.
- ECO. **O que é Reserva Legal**. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27492-o-que-e-reserva-legal/>. 2013. Acesso em: 20 ago. 2013
- ENERGÉTICA. PACUERAS – **Plano Ambiental de Conservação e uso do Entorno de Reservatório Artificial**. 2014.
- MANDAI, S.S. **A inclusão da biodiversidade em Estudos de Impacto Ambiental do estado de São Paulo**. 2019. 315 f. Dissertação (Mestrado em em Ciências) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.SÁNCHEZ, SÁNCHEZ, L.E. **Avaliação de Impacto Ambiental**. São Paulo: Oficina de Texto, 2013.